



AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS  
PÚBLICOS DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

AGENDA REGULATÓRIA 2017/19



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS  
SERVIÇOS PÚBLICOS • ARSP



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

## Governo do Estado do Espírito Santo

### GOVERNADOR

Paulo César Hartung Gomes

### VICE-GOVERNADOR

César Colnago

### SECRETARIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

José Eduardo Azevedo

## Agência de Regulação dos Serviços Públicos – ARSP

### DIRETORIA GERAL

Antônio Júlio Castiglioni Neto

### DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Paulo Ricardo Torres Meinicke

### DIRETORIA DE GÁS NATURAL E ENERGIA ELÉTRICA

Carlos Yoshio Motoki

Henrique Mello de Moraes (setembro de 2016 a março de 2017)

### DIRETORIA DE SANEAMENTO BÁSICO E DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA

Kátia Muniz Côco

---

## Equipe técnica

---

Alberto Cesar de Lima	Heverson Morais Alvarenga
Alexandre Careta Ventorim	Joana Moraes Resende Magella
Alexandre de Mello Delpupo	Lorenza Uliana Zandonadi
Alieda Alves Godinho	Luisi Pessôa
Ariane Nunes Reis	Mamoru Togawa Komatsu
Barbara Seccato Ruis Chagas	Marcia Altoé Luchi
Bruno Zabam da Silva	Marleide Rodrigues da Silva
Carla Costa Madureira	Odylea Oliveira de Tassis
Danielle Zanoli Gonçalves	Priscila Ribeiro Spala
Débora Cristina Niero	Suely Cardoso de Oliveira Doria
Deborah Sarah Almeida Cunha	Tatiana Pires André Bayerl
Eduardo Calegari Fabris	Vanessa Medeiros
Estela Regina Vicentini	Verival Rios Pereira

## Estagiários

---

Claudineia Silva dos Santos	Marcelo Machado de Almeida
Daniel Roger Ferreira	Nicolas Gonçalves Pereira
Diheneson Inácio Paulino	Rafael Batista Gomes
Gabriela Malavasi	Vitor Contarato
Gustavo Bolonha José	Vitor Santos das Neves

## **Conselho Consultivo**

---

**Antônio Julio Castiglioni Neto - Presidente**  
**DIRETOR GERAL DA ARSP**

**Wandete de Oliveira Pereira**  
**REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO,**  
**HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB**

**Aloísio Cunha Ramaldes**  
**REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E**  
**OBRAS PÚBLICAS DO ESPÍRITO SANTO - SETOP**

**Cristina Vellozo Santos**  
**REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO - SEDES**

**Aluisio Ferro Rocha**  
**REPRESENTANTE DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES**  
**E MOVIMENTOS POPULARES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - FAMOPES**

**João Batista Ramos**  
**REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA,**  
**ESGOTO E MEIO AMBIENTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDAEMA**

---





Setiba

4

Guarapari

13

**BR 101** R. de Janeiro

18



## SUMÁRIO

1	A ARSP	9
2	Conselho Consultivo	13
3	Regulação de Saneamento Básico	15
	Fiscalizações	16
	Crise hídrica	20
	Câmara Técnica de Saneamento Básico	21
	Outras atividades	22
4	Regulação de Infraestrutura Viária com Pedágio	25
	Fiscalizações	25
	Contagem de veículos e pedestres	30
	PRA	31
	Segurança	31
	Outras ações	32
5	Regulação da Distribuição do Gás Natural Canalizado	35
	Sobre a concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado no Espírito Santo	35
	Resoluções	37
	Análise de contratos de fornecimento de gás	37
	Acompanhamento da evolução de volumes, consumos por segmento, investimentos, custos, usuários e perspectivas para o mercado capixaba	38
	Fiscalização	42
6	Energia Elétrica	45
	Programa Estadual de Eficiência Energética	45
	Programa de Atração de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica	46
	Leilões de Linhas de Transmissão	46
	VIII Fenergia	47
	Balanço Energético do Espírito Santo	48
	Migração do Estado para o Ambiente de Contratação Livre – ACL de energia elétrica	49
	Linha de Transmissão em construção no Espírito Santo: Mascarenhas x Linhares	49
7	Estudos Econômicos e Tarifários	51
	Reajuste Tarifário da Rodosol	51
	Reajuste Tarifário da Cesan	51
	Revisão Tarifária dos Gás	52
	Revisões Tarifárias de Energia Elétrica	53
8	Ouvidoria	55
	Relacionamento com a Sociedade	57
9	Informações Administrativas, Financeiras, Orçamentárias e Patrimoniais	61
10	Agenda Regulatória 2017/19	65



O ano de 2016 foi marcado pela criação de um novo órgão de Estado, a Agência de Regulação de Serviços Públicos (ARSP), resultado da fusão da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo (ARSI) e da Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo (ASPE).

Criada pela Lei Complementar nº 827, de 1º de julho de 2016, a ARSP é uma autarquia de regime especial, dotada de personalidade jurídica de direito público e autonomias administrativa, patrimonial, técnica e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento - SEDES.

A criação dessa agência de regulação se apresenta de forma absolutamente oportuna, porque sintetiza, em um só passo, dois importantes vetores para a retomada de novo ciclo de desenvolvimento do Estado: racionalidade de seus custos operacionais e atratividade de investimentos privados.

Sua Diretoria Colegiada é formada pelo diretor geral, Julio Castiglioni; pelo diretor administrativo financeiro, Paulo Ricardo Torres Meinicke; pela diretora de saneamento básico e infraestrutura viária, Katia Muniz Côco; e pelo diretor de gás natural e energia, Carlos Yoshio Motoki.

## MISSÃO

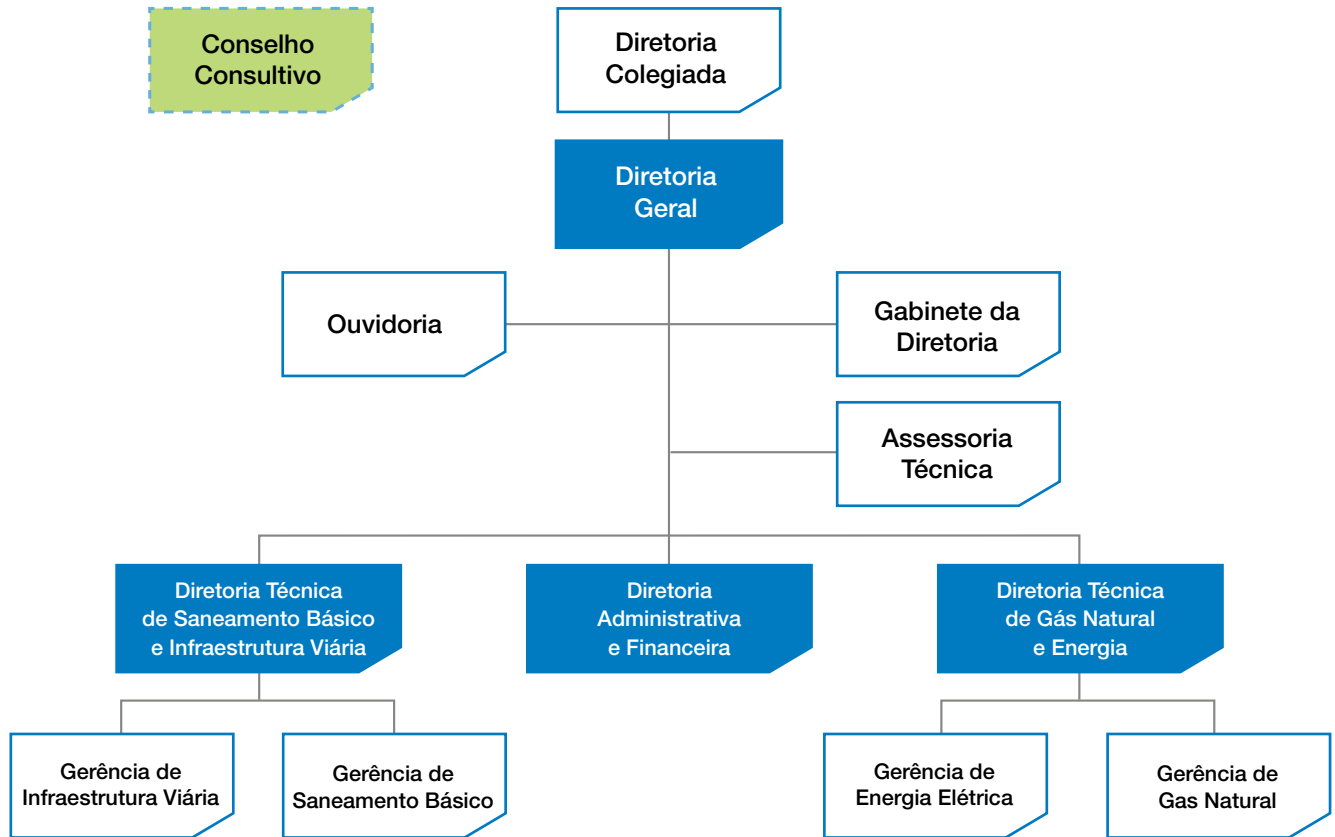
Regular, controlar e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico, infraestrutura viária com pedágio e gás natural canalizado, equilibrando as relações entre poder concedente, prestadores de serviços e cidadãos, e realizar estudos sobre questões energéticas, atuando para o adequado suprimento de energia elétrica ao Estado.

## VISÃO

Ser reconhecida como uma agência que contribui para o desenvolvimento do Estado e a qualidade de vida de sua população pela promoção do acesso, da qualidade e da continuidade dos serviços públicos de saneamento básico, infraestrutura viária com pedágio e gás canalizado e estudos na área de energia elétrica.



# ORGANOGRAMA





O Conselho Consultivo foi instituído pelo Governo do Estado, por meio da Lei Complementar nº 827 de 2016, a mesma que criou a ARSP. Dentre as suas atribuições estão: opinar sobre o programa de trabalho da ARSP; apreciar, em último grau de recurso, as matérias decididas pela Diretoria Colegiada; apresentar proposições a respeito das matérias de competência da ARSP; acompanhar as atividades da ARSP, verificando o adequado cumprimento de suas competências; apreciar relatórios periódicos de atividades da ARSP elaborados pela Diretoria Colegiada; examinar críticas, denúncias e sugestões feitas pelos usuários e, com base nas informações, fazer proposições à Diretoria; tornar acessível ao público os seus atos normativos e as suas decisões; aconselhar a Diretoria Colegiada quanto às atividades de regulação, controle e fiscalização, dentre outras.

Os membros do Conselho tomaram posse em dezembro de 2016 e a primeira reunião ordinária aconteceu na sede da ARSP, em Vitória.

Fazem parte do Conselho Consultivo da ARSP o diretor geral da Agência e presidente do Conselho, Júlio Castiglioni; a representante da SEDURB, Wandete de Oliveira Pereira; o representante da SETOP, Aloísio Cunha Ramaldes; a representante da SEDES, Cristina Vellozo Santos; o representante da FAMOPES, Aluisio Ferro Rocha; e o representante do SINDAE-MA, João Batista Ramos.





# 3

## REGULAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO

A ARSP atua na regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, os quais envolvem abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Nesse segmento, que atende grande parte da população do Estado, a ARSP tem se preocupado em estabelecer critérios técnicos e justos que garantam os direitos de todos os usuários, com enfoque especial voltado para a população menos privilegiada, possibilitando a melhoria na qualidade de vida e saúde da população.

Para exercer suas atividades em determinada localidade, a ARSP firma convênios de cooperação técnica com municípios onde os serviços públicos são prestados pela Companhia Espírito-Santense de Saneamento Básico (Cesan). A Agência também pode firmar convênio de cooperação técnica para atuar em municípios cujos serviços de saneamento são prestados pelos Serviços Autônomos de Água e Esgoto - SAAEs.

Firmado o convênio de cooperação, passa a regular, controlar e fiscalizar os serviços prestados pela Concessionária, além de acompanhar o Plano de Saneamento e o Contrato de Programa dos municípios.

Atualmente, a ARSP possui **convênio com 20 municípios**: Domingos Martins, Marechal Floriano, Afonso Cláudio, Santa Teresa, Vila Valério, Nova Venécia, Venda Nova do Imigrante, Rio Novo do Sul, São José do Calçado, Muqui, Irupi, Boa Esperança, Santa Leopoldina e toda a Região Metropolitana (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana, Guarapari, Fundão e Serra).

Nas atuais concessões reguladas, a ARSP acompanha o fornecimento de água para **754.344 imóveis**, e de esgoto, para **389.749**.



Fiscalização periódica em Afonso Cláudio. O município possui dois Sistemas de Abastecimento de Água, um na Sede e outro em Serra Pelada. O Sistema de Esgotamento Sanitário tem cobertura de 79% e iniciou a operação em 2016.

## FISCALIZAÇÕES

O objetivo das fiscalizações do saneamento é garantir o bom desempenho técnico da prestação de serviços, atuando na prevenção de discontinuidades e na melhoria contínua dos serviços prestados. Nesse sentido, a ARSP executa dois tipos de fiscalizações: periódicas e específicas.

As fiscalizações periódicas são realizadas de forma proativa pela Agência nas instalações da Cesan, com periodicidade determinada, obedecendo a um calendário fixo previamente estabelecido, e englobam todas as etapas do abastecimento de água (captação, tratamento, elevação e distribuição) e esgotamento sanitário (coleta, transporte, tratamento e disposição final), além da análise do cumprimento das metas e diretrizes do Plano Municipal de Saneamento Básico, Contrato de Programa e qualidade



Fiscalização periódica em Santa Teresa. O município possui três Sistemas de Abastecimento de Água (Sede, Várzea Alegre e Santo Antônio do Canaã), além de Sistema de Esgotamento Sanitário para a Sede.

do atendimento ao público. Suas principais funções são identificar fatores que estão prejudicando ou possam vir a prejudicar a prestação dos serviços ou causar danos ao patrimônio do prestador ou de terceiros, e verificar possíveis não conformidades. Também possibilitam o acompanhamento da evolução e da melhoria da prestação dos serviços no local.

Por sua vez, as fiscalizações específicas buscam verificar se o prestador está atendendo a requisito específico. São decorrentes de uma demanda não programada ou emergencial e realizadas por solicitação do poder concedente, denúncias, informações da mídia, demandas da Ouvidoria e/ou pela necessidade de averiguações detalhadas gerada durante as outras formas de fiscalização.

É importante mencionar que, com o intuito de normatizar as atividades de fiscalização e proporcionar um tratamento igualitário entre os municípios nos quais a ARSP atua, a equipe técnica utiliza o Manual de Fiscalização do Saneamento. A metodologia estabelecida é padronizada e engloba todas as etapas de fiscalização, desde o planejamento das vistorias até a comunicação com a Concessionária fiscalizada, as informações necessárias, além da lista de inspeção, que conta com mais de 300 itens a serem examinados *in loco*.

Durante o ano de 2016, a ARSP deu continuidade às fiscalizações periódicas nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e atendimento comercial nos municípios de São José do Calçado, Rio Novo do Sul, Marechal Floriano, Fundão, Afonso Cláudio e Santa Teresa, e ao acompanhamento do processo de fiscalização do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município da Serra, da Estação de Tratamento de Esgoto da Pedra azul e da fiscalização periódica do município de Domingos Martins.

A ARSP também realizou fiscalização específica na Estação de Tratamento de Esgoto Araçás, operada pela Cesan em Vila Velha, com o intuito de apurar as reincidências de ocorrências operacionais informadas por meio do Sistema de Comunicação de Eventos Relevantes. Também fiscalizou o cumprimento das metas e prazos estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento Básico de Vila Velha.



Fiscalização da Estação de Tratamento de Água (ETA) Cobi – Vila Velha para atender à demanda do Ministério Público.



Fiscalização periódica em São José do Calçado. O Sistema de Abastecimento de Água e Plano Municipal de Saneamento foram acompanhados.



Fiscalização em Rio Novo do Sul. As inspeções contemplaram os sistemas de abastecimento e comercial, além de acompanharem o Plano de Saneamento.

Além disso, realizou uma fiscalização específica na Estação de Tratamento de Água de Cobi em atendimento ao Termo de Compromisso Urbano - Ambiental firmado entre o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP-ES), a Cesan, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e a ARSP.

Ainda em 2016, em função da grave crise hídrica que assolou o Estado, a ARSP publicou a Resolução nº 01/2016 autorizando as medidas operacionais para alternância do fornecimento de água entre regiões de um mesmo sistema de abastecimento. As medidas foram implementadas e acompanhadas pela Agência para os sistemas Jucu e Santa Maria da Vitória.

Ademais, a equipe técnica do saneamento acompanha os resultados e as melhorias implementadas pela Cesan em função de fiscalizações realizadas em anos anteriores. Em 2016 destacamos o acompanhamento do Sistema de Esgoto da Serra, da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Pedra Azul e das demais unidades de Domingos Martins. Verifica-se com os processos de fiscalização que as unidades de saneamento acompanhadas tiveram suas instalações e seus processos modernizados em atendimento às intervenções da Agência, o que nos mostra na prática a efetividade do trabalho conduzido pela ARSP.

O quadro a seguir apresenta a relação das fiscalizações específicas e periódicas durante o ano de 2016. Todos os relatórios encontram-se disponíveis para consulta no site da Agência.



Fiscalização da ETA Cobi - Vila Velha para atender à demanda do Ministério Público



Fiscalização em Fundão. Os Sistemas de Abastecimento da Sede e de Timbuí foram inspecionados.



Fiscalização em Marechal Floriano. A ETA localizada em Marechal Floriano abastece a Sede do município e as localidades de Santa Izabel e Campinho, pertencentes ao município de Domingos Martins.

## Fiscalizações do saneamento realizadas em 2016

FISCALIZAÇÕES	MUNICÍPIO	OBJETO
PERIÓDICAS	São José do Calçado	Sistema de Abastecimento de Água
		Atendimento Comercial
		Plano de Saneamento Básico
	Rio Novo do Sul	Sistema de Abastecimento de Água
		Atendimento Comercial
		Plano de Saneamento Básico
	Marechal Floriano	Sistema de Abastecimento de Água
		Atendimento Comercial
	Fundão	Sistema de Abastecimento de Água
		Atendimento Comercial
	Afonso Cláudio	Sistema de Abastecimento de Água
		Sistema de Esgotamento Sanitário
		Atendimento Comercial
	Santa Teresa	Sistema de Abastecimento de Água
		Sistema de Esgotamento Sanitário
Atendimento Comercial		
ESPECÍFICAS	Vila Velha	Estação de Tratamento de Esgoto Araçás
		Estação de Tratamento de Água Cobi
		Plano de Saneamento Básico
	Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV	Plano de Racionamento da RMGV

Ao final das fiscalizações de 2016 foram emitidos 12 Termos de Notificação e 14 Autos de Infração.

## CRISE HÍDRICA

Buscando discutir a competência da regulação frente à crise hídrica e as ações a serem implementadas pelas agências reguladoras, foi formado pela Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR) um Grupo Técnico para discutir o assunto. A coordenação nacional ficou a cargo da ARSP e o grupo ampliou o debate sobre o papel da regulação do saneamento básico neste cenário de escassez hídrica.

Além do Espírito Santo, especialistas do setor regulatório de diversos estados do Brasil fazem parte do grupo, com destaque para São Paulo, Minas Gerais, Brasília e Ceará.

O principal resultado desse trabalho foi a elaboração de um documento de referência para as agências reguladoras vinculadas à ABAR. Esse material contém o panorama das principais ações implementadas em cada Estado, as referências das legislações federal e estaduais, bem como a discussão de temas técnicos, como a definição de racionamento no setor de saneamento, o conteúdo dos planos de emergência e contingência, as consequências operacionais de intermitência na distribuição de água, os programas de incentivo à redução do consumo, dentre outros.

Uma das reuniões realizadas para debater as competências regulatórias perante a crise hídrica aconteceu



Vistoria na captação do Rio Santa Maria para acompanhar a situação de escassez hídrica.

em Vitória no mês de maio de 2016. Demais encontros foram realizados em São Paulo e Blumenau.

Foram concluídos, ainda nesse ano, os estudos de elaboração da minuta de Resolução que estabelece diretrizes para a adoção de medidas de racionamento do abastecimento público de água potável pela Cesan, que passou pela Consulta Pública nº 02/2016. As contribuições foram analisadas e consolidadas pela Agência.

Além disso, em decorrência do cenário extremamente crítico de escassez hídrica no Estado do Espírito Santo, declarado pela Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH na Resolução nº 42/2016, que incluiu as bacias de captação da Cesan que abastecem as porções sul e norte da Grande Vitória, verificou-se como inevitável adotar medidas urgentes

e emergenciais de racionamento visando à garantia do abastecimento público de água. Nesse sentido, no dia 27 de setembro de 2016, a ARSP publicou a Resolução nº 001/2016, que aprovou a implementação das medidas operacionais para alternância de fornecimento de água entre regiões de um mesmo sistema de abastecimento, visando ao tratamento equânime dos usuários, conforme Planos de Restrição de Vazão para os sistemas Jucu e Santa Maria da Vitória elaborados pela Cesan. As medidas adotadas pela Cesan durante o racionamento foram acompanhadas pela Agência e constam em relatórios de fiscalização.

## CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO

Visando à troca de experiências entre os agentes reguladores de diversos Estados, a equipe técnica da ARSP tem participado efetivamente das reuniões da Câmara Técnica de Saneamento Básico da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (ABAR).

A cada encontro são analisadas diferentes pautas de relevante importância na área da Regulação do Saneamento Básico, a citar indicadores de desempenho da prestação dos serviços, concessões metropolitanas e regionalizadas, contabilidade regulatória, remuneração de ativos, estruturas tarifárias, tarifa social, subsídios cruzados, regulação jurídica, fiscalizações técnicas e comerciais, controle de perdas,

qualidade da água e do esgoto, acompanhamento dos planos de saneamento, regulação de resíduos sólidos e drenagem, dentre outros.

Em maio de 2016, Vitória sediou o encontro da XXV Reunião da Câmara Técnica de Saneamento Básico com a presença de 25 agências reguladoras de diversas cidades brasileiras.

O evento foi apoiado pela ARSP e registrou a ampla participação de 76 palestrantes e especialistas do setor regulatório de 15 diferentes estados. A participação efetiva dos profissionais permite intercâmbio de trabalho entre as instituições e padronização da regulação no cenário nacional.

Posteriormente, a ARSP participou da XXVI e XXVII Reuniões da Câmara Técnica de Saneamento Básico, realizadas em Belém (PA) e Blumenau (SC), respectivamente.



Reunião da Câmara Técnica de Saneamento da ABAR realizada em maio de 2016 em Vitória

## OUTRAS ATIVIDADES

Os modelos dos convênios de cooperação técnica para que os municípios deleguem as funções de regulação à Agência, bem como a forma de participação da ARSP nos Contratos de Programa firmados entre a Cesan e os municípios, também foram aprimorados em 2016. Com tais instrumentos a Agência fornece subsídios aos municípios para o atendimento aos princípios e às diretrizes da política federal e estadual de saneamento básico.

Os contratos especiais, firmados pela Cesan com usuários, que requerem condições diferenciadas de prestação dos serviços ou de faturamento foram avaliados pela ARSP. Merece destaque o contrato especial de fornecimento de água e esgoto para os imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal – Faixa I e para o Complexo Penitenciário de Xuri – Vila Velha, pois necessitam de regras para a medição individualizada de determinados segmentos dos empreendimentos e das áreas comuns.

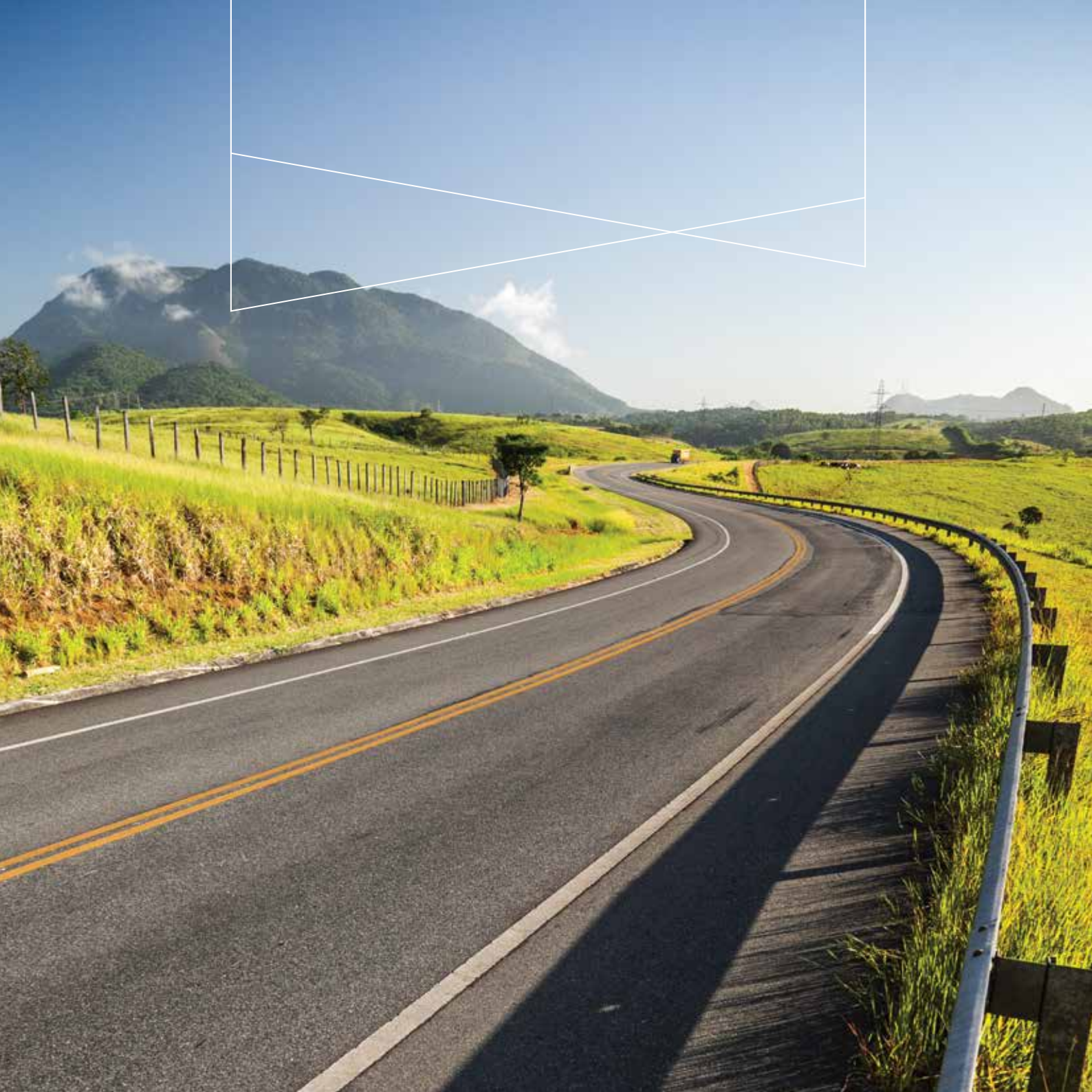
A equipe técnica da ARSP também analisou os critérios de faturamento de esgoto a serem adotados pela Cesan nos imóveis com mais de uma economia e ligação única de água ativa, nos quais somente parte das economias está interligada à rede pública de esgotamento sanitário.

Em parceria com a ABAR, a ARSP participou da primeira etapa do Projeto Acertar, que consiste na realização de um diagnóstico das práticas de auditoria e certificação das agências reguladoras, visando à proposição de um manual para conferência das informações alimentadas no Sistema Nacional de Informações do Saneamento - SNIS.

Dessa forma, a equipe técnica da agência respondeu a um questionário e encaminhou dados de regulação à empresa que está elaborando o manual. O Projeto Acertar é uma parceria entre a ABAR e o Ministério das Cidades que, dentro do projeto Inter-ráguas, tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água.







# 4

## REGULAÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA COM PEDÁGIO

O setor de infraestrutura viária da ARSP exerce a regulação e a fiscalização do Sistema Rodovia do Sol, que compreende o trecho de 67,5 quilômetros de extensão da Rodovia ES-060, com início na praça de pedágio da Terceira Ponte, seguindo até o trevo de Meaípe, em Guarapari.

A exploração dos serviços públicos foi concedida à Concessionária Rodovia do Sol S.A. por meio do Contrato de Concessão nº 01/98, mediante o recebimento da tarifa em duas praças de pedágio.

### FISCALIZAÇÕES

As ações de fiscalização no Sistema Rodovia do Sol são realizadas pelos Especialistas em Regulação e Fiscalização do setor de Infraestrutura Viária da ARSP. A equipe monitora diuturnamente o cumprimento das obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão nº 01/98 e no Programa de Explora-

ção de Rodovias (PER) através de inspeções *in loco* e análise de relatórios e indicadores do Sistema Rodovia do Sol.

Todos os dados, indicadores e demais informações provenientes de relatórios previstos no PER são elaborados pela Concessionária (Relatório Operacional, de Atividades de Inspeção de Obras de Arte Especiais, de Conservação e Manutenção, de Sinalização, do Pavimento, dentre outros) e avaliados pela Agência.

Já as fiscalizações realizadas *in loco* visam averiguar o cumprimento das condicionantes contratuais e da periodicidade dos programas de conservação e manutenção de infraestrutura viária em toda a faixa de domínio.

As fiscalizações *in loco* são classificadas em três gêneros distintos: de rotina, periódica e específica.



Fiscalização de Rotina - Conservação da Faixa de Domínio.

A fiscalização de rotina tem por objetivo verificar as condições gerais da infraestrutura viária sobre a faixa de domínio do trecho concedido, tais como limpeza e manutenção do patrimônio delegado, conservação do revestimento vegetal, limpeza de pistas, passarelas, ciclovias, abrigos de ônibus, canteiro central, cercas, entre outros.

O processo de fiscalização periódica tem o objetivo de verificar o cumprimento do programa de conservação e manutenção dos elementos da infraestrutura viária, como pavimento, drenagem, sinalização, elementos de segurança (defensas metálicas, guarda-corpos, barreiras de concreto), iluminação, prédios e pátios operacionais, sistemas de controle e automação, dentre outros estabelecidos no PER.



Fiscalização Periódica - Segurança Viária.



Fiscalização  
Periódica -  
Drenagem.



Fiscalização Periódica - Conservação dos Abrigos nos Pontos de Ônibus.



Fiscalização Periódica - Obras de Arte Especiais.



Fiscalização Periódica - Pavimento e Sinalização Horizontal.



Fiscalização Periódica - Iluminação.



Fiscalização Periódica - Conservação Especial da Terceira Ponte.



Fiscalização Periódica - Pavimento.

Já as fiscalizações específicas são realizadas visando apurar a necessidade de obras e serviços especiais ou suas devidas execuções. Tais demandas caracterizam-se pelo caráter diferenciado do objeto, conhecimento específico ou técnica diferenciada de execução.

Durante o ano de 2016 foram realizadas 37 fiscalizações em campo, que se encontram discriminadas no quadro a seguir.



Fiscalização periódica: sinalização viária.

### Fiscalizações de infraestrutura viária realizadas em 2016

FISCALIZAÇÕES	OBJETO
FISCALIZAÇÃO ESPECÍFICA	Acompanhamento dos Termos de Notificação nº 02, 04 e 09/2015
	Operação de Pedágio - Terceira Ponte
	Acompanhamento dos Termos de Notificação nº 02, 06 e 07/2015
	Abrigos e Paradas do Transporte Coletivo
	Acompanhamento dos Termos de Notificação nº 02 e 04/2015 Ações do Programa de Redução de Acidentes
	Acompanhamento dos Termos de Notificação nº 02/2015 e 07/2016 Ações do Programa de Redução de Acidentes
	Acompanhamento do Termo de Notificação nº 005/2016
	Acompanhamento do Termo de Notificação nº 006/2016
	Acompanhamento dos Termos de Notificação nº 02/2015 e 06/2016
FISCALIZAÇÃO PERIÓDICA	Segurança Viária
	Drenagem
	Drenagem (Continuação)
	Sinalização Viária
	Iluminação e Terceira Ponte
	Segurança Viária

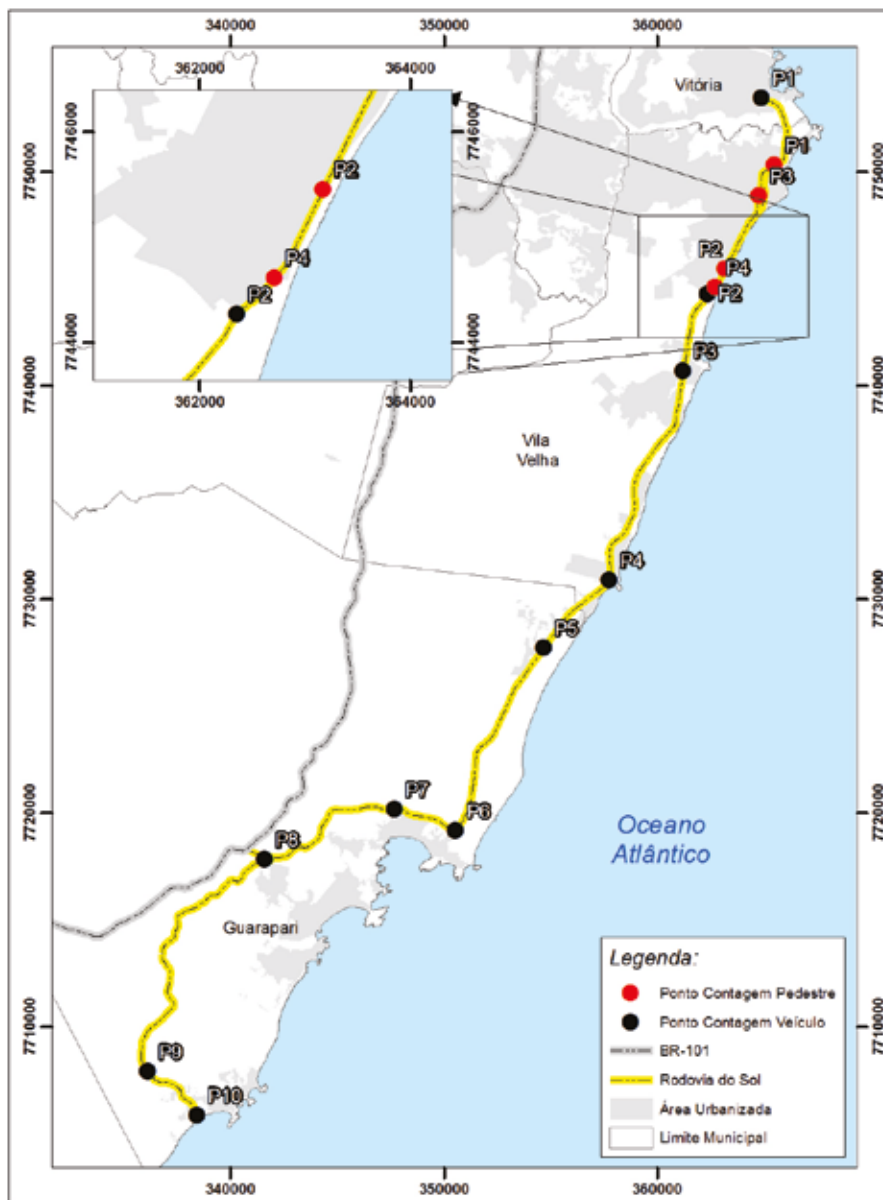
FISCALIZAÇÕES	OBJETO
FISCALIZAÇÃO PERIÓDICA	Drenagem
	Trecho Urbano da Barra do Jucu - Painéis de Mensagens Variáveis
	Trecho Urbano de Vila Velha
	Trecho Urbano de Itaparica
	Obras de Arte Especiais
	Obras de Arte Especiais (Continuação)
	Sinalização Viária
	Segurança Viária
	Prédios e Pátios - Ciclovias
FISCALIZAÇÃO DE ROTINA	Conservação da Faixa de Domínio - Todo o Sistema (Janeiro_01)
	Conservação da Faixa de Domínio - Todo o Sistema (Janeiro_02)
	Conservação da Faixa de Domínio - Todo o Sistema (Fevereiro)
	Conservação da Faixa de Domínio - Todo o Sistema (Março)
	Conservação da Faixa de Domínio - Trecho do km 30 ao km 67,5 (Abril_01)
	Conservação da Faixa de Domínio - Trecho do km 06 ao km 30 (Abril_02)
	Conservação da Faixa de Domínio - Todo o Sistema (Maio)
	Conservação da Faixa de Domínio (trecho do km 06 ao km 67,5) (Junho)
	Conservação da Faixa de Domínio - Todo o Sistema (Agosto)
	Conservação da Faixa de Domínio - Todo o Sistema (Setembro)
	Conservação da Faixa de Domínio - Todo o Sistema (Outubro)
	Conservação da Faixa de Domínio - Todo o Sistema (Novembro)
	Conservação da Faixa de Domínio - Todo o Sistema (Dezembro)

**Em função das ações de fiscalização, a ARSP determinou à concessionária obras de conservação especial do pavimento asfáltico, plano de contingência para o atendimento a panes de veículos sobre a Terceira Ponte, sinalização e recuperação das ciclovias, sinalização vertical de atenção e respeito ao ciclista em toda a rodovia, projeto de reconstrução do posto do Batalhão de Trânsito localizado na Barra do Jucu e recuperação dos abrigos de pontos de ônibus.**

## CONTAGEM DE VEÍCULOS E PEDESTRES

No início de 2016, a ARSP contratou empresa especializada para a realização de contagens volumétricas do fluxo de veículos e pedestres em diversos pontos do Sistema Rodovia do Sol para a determinação do nível de serviço e verificação da necessidade de implantação de passarelas e duplicação do trecho de pista simples. As contagens foram realizadas em junho e novembro, e o relatório conclusivo foi entregue em abril de 2017.

A contagem de veículos foi realizada em 10 pontos da Rodovia e a contagem de pedestres, em 4 pontos estratégicos, conforme apresentado no mapa.



Pontos de Contagem de Veículos e Pedestres. Fonte: FOCO Soluções em Meio Ambiente Ltda.



## PRA

O Programa de Redução de Acidentes - PRA é mantido pela Concessionária Rodosol e acompanhado continuamente pela ARSP. O programa faz uma avaliação do histórico de ocorrências na rodovia e indica ações de engenharia, educativas e de fiscalização nos pontos críticos de acidentes, visando minimizar a gravidade e o número de acidentes com vítimas fatais.

O ano de 2016 apresentou resultados positivos com a redução do número de acidentes com vítimas fatais em 16,67% e com diminuição no número de óbitos em 26,67%.

## SEGURANÇA

Em 2016, a segurança dos usuários que trafegam ao longo da Rodovia do Sol ganhou mais reforço com a abertura do Destacamento da Polícia Militar – DPM em Village do Sol, no km 31, em Guarapari.

A inauguração do DPM aconteceu em dezembro e foi resultado da articulação da ARSP, da Concessionária Rodosol e do 10º Comando da Polícia Militar de Guarapari.

Além da segurança dos usuários que trafegam ao longo de toda a rodovia, o destacamento no KM 31



Destacamento da Polícia Militar – DPM em Village do Sol, no km 31, em Guarapari.



Posto Policial no km 31 da Rodovia ES-060.

possibilita a fiscalização do tráfego e o apoio aos veículos e ciclistas que transitam no local.

Além do novo posto inaugurado, o trecho concedido da Rodovia ES-060 conta com o Posto do BPTRAN no Km 0, localizado na Praça de Pedágio da Terceira Ponte em Vitória, e o Posto da Barra do Jucu, no km 13 em Vila Velha.

## OUTRAS AÇÕES

### CAMPANHA PARA O USO DO FAROL ACESO

Após ser sancionada a lei que determina o uso obrigatório de farol baixo nas rodovias durante o dia, a Agência, a Concessionária e o Batalhão de Trânsito (BPtran) realizaram em uma ação conjunta a campanha “Tá Ligado”.

O principal objetivo foi mostrar para o usuário da via a importância de respeitar a legislação de trânsito e, mais ainda, a necessidade de todos serem vistos, uns pelos outros, diminuindo a possibilidade de acidentes. Foram realizadas ações de conscientização na Rodovia ES-060 e na Terceira Ponte para esclarecer e conscientizar os motoristas da importância dessa prática.



Campanha de incentivo ao uso do farol no Sistema Rodovia do Sol.

### APOIO ÀS AÇÕES OPERACIONAIS

A ARSP também apoiou a programação das ações operacionais de apoio à Prefeitura Municipal de Vila Velha na construção das estações de bombeamento de águas pluviais do Canal da Costa e do Sítio Batalha, que gerou a necessidade de interromper o fluxo de veículos no trecho urbano do município.





# 5

## REGULAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO GÁS NATURAL CANALIZADO

A ARSP é responsável pela regulação dos serviços de distribuição de gás natural canalizado no Estado do Espírito Santo, prestados pela Petrobras Distribuidora S/A. A regulação econômica é um meio de promover o interesse público, garantindo o equilíbrio entre a lucratividade que viabilize os investimentos na concessão e o bem-estar dos consumidores, por meio da disponibilidade do serviço, em condições adequadas de qualidade e preço. No Espírito Santo, a regulação econômica atinge a todos os segmentos de consumo, excetuando-se o termoelétrico, que observa contrato específico. Anualmente é realizada a Revisão Tarifária, com o intuito de assegurar o fornecimento de gás natural canalizado com qualidade, continuidade, frequência, modicidade tarifária ao usuário e adequada remuneração à Concessionária.

A Agência está sempre pesquisando maneiras de melhor regular a concessão, prezando sempre pela qualidade da prestação do serviço oferecido pela

Concessionária regulada ao usuário e pela prudência dos investimentos na concessão.

### **SOBRE A CONCESSÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL CANALIZADO NO ESPÍRITO SANTO**

Em 1993, foi firmado entre o Estado e a Petrobras Distribuidora S./A. um contrato de concessão para exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado pelo período de 50 anos.

Em dezembro de 2015, o Chefe do Executivo encaminhou mensagem à Assembleia Legislativa com Projeto de Lei extinguindo a concessão, o qual foi aprovado e transformado na Lei Estadual nº 10.493/16, publicada em 2 de fevereiro de 2016.

Em decorrência da extinção do contrato, a Concessionária deve ser indenizada. A Lei Estadual nº 10.493/16 determinou que a Agência Reguladora fi-

xasse a indenização, observando para tanto os parâmetros especificados pelo parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666, de 1993.

A referida Lei também vinculou a Concessionária ao cumprimento das obrigações que lhe são impostas pelo contrato pelo período que se fizer necessário, para que o Estado promova a sua substituição através da celebração de nova concessão, a ser instituída mediante prévia licitação, na modalidade concorrência, ou assuma o serviço, mediante instituição de empresa estatal dedicada a essa finalidade. Com isso, ficam mantidas as atribuições fins da Agência Reguladora.

Adicionalmente, a mesma lei determinou que as atividades necessárias para concepção da modelagem da licitação e estabelecimento dos valores mínimos correspondentes à celebração de um novo contrato de concessão caberão à ASPE, sucedida pela ARSP, que para tanto poderá contratar serviços especializados de terceiros.

Em atendimento às atribuições conferidas à Agência, por intermédio da lei supramencionada, em 2016, foram elaboradas as normas “Metodologia de Avaliação de Ativos Reversíveis da Distribuição de Gás Natural Canalizado” e “Fiscalização dos Serviços de Avaliação de Ativos Reversíveis da Distribuição de Gás Natural Canalizado”.

Fez-se necessário estabelecer a metodologia a ser empregada na avaliação de ativos reversíveis para a fixação da indenização. Com isso, a minuta da norma denominada “Metodologia de Avaliação de Ativos Reversíveis da Distribuição de Gás Natural Canalizado” foi objeto da consulta pública ARSP nº 01/2016, que após análises culminou na Resolução ARSP nº 003, de 9 de dezembro de 2016.

A referida norma objetiva estabelecer orientações, critérios e metodologia para apuração dos valores dos ativos reversíveis, em consonância com o Contrato de Concessão, assinado em 16 de dezembro de 1993, entre o Estado do Espírito Santo e a Petrobras Distribuidora S/A, legislação e dispositivos regulamentares da Agência, e orientar a Concessionária, a empresa Avaliadora que prestará o serviço de avaliação do ativo (a ser contratada pela Concessionária) e a Equipe de Fiscalização da ARSP.

Adicionalmente, caberá à Agência realizar a fiscalização dos serviços de avaliação executados e do respectivo laudo de avaliação de ativos a ser apresentado pela Petrobras Distribuidora S/A.

Para estabelecer os procedimentos e critérios a serem adotados na fiscalização dos serviços de avaliação de ativos e respectivo Laudo de Avaliação da Distribuidora, foi publicada a Resolução ARSP nº 004, de 9 de dezembro de 2016, aprovando a norma “Fiscalização dos Serviços de Avaliação de Ativos

Reversíveis da Distribuição de Gás Natural Canalizado”. Previamente, a minuta dessa norma foi objeto da Consulta Pública ARSP nº02/2016.

## RESOLUÇÕES

Em 2016, foram publicadas seis resoluções pertinentes à atividade de distribuição de gás natural canalizado, três delas publicadas após a criação da ARSP, a saber:

- ✓ Resolução REH ASPE - 001, de 27 de janeiro de 2016: Dispõe sobre o novo valor da tabela tarifária a ser aplicado pela Concessionária de distribuição, Petrobras Distribuidora S./A., em sua área de concessão.
- ✓ Resolução REH ASPE nº 002, de 28 de abril de 2016: Dispõe sobre a homologação do novo valor da tabela tarifária a ser aplicado pela Concessionária de distribuição, Petrobras Distribuidora S./A., em sua área de concessão.
- ✓ Resolução REH ASPE nº 003, de 26 de julho de 2016: Dispõe sobre a homologação do novo valor da tabela tarifária a ser aplicado pela Concessionária de distribuição, Petrobras Distribuidora S./A., em sua área de concessão.
- ✓ Resolução ARSP nº 002, de 31 de outubro de 2016: Dispõe sobre a homologação do novo valor da tabela tarifária a ser aplicado pela Conces-

sionária de distribuição, Petrobras Distribuidora S./A., em sua área de concessão.

- ✓ Resolução ARSP nº 003, de 9 de dezembro de 2016: Estabelece a norma “Metodologia de Avaliação de Ativos Reversíveis da Distribuição de Gás Natural Canalizado”.
- ✓ Resolução ARSP nº 004, de 9 de dezembro de 2016: Estabelece a norma “Fiscalização dos Serviços de Avaliação de Ativos Reversíveis da Distribuição de Gás Natural Canalizado”.

## ANÁLISE DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE GÁS

É função da ARSP garantir o equilíbrio econômico e jurídico dos contratos para que nenhuma parte seja amplamente beneficiada em detrimento da outra, bem como que o contrato de concessão, válido nos termos da Lei Estadual nº 10.493/2016, e as resoluções publicadas pela Agência sejam observadas.

Com esse intuito, a Concessionária tem que submeter à homologação da Agência os contratos de fornecimento cujo consumo seja superior a 10.000m³/dia. Ao longo de 2016, a Agência recebeu da Concessionária contratos que atendiam a essas condições e homologou 7 deles de fornecimento de gás natural firmados com indústrias/postos de GNV, além de quatro aditivos a contratos já preexistentes.

## ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DE VOLUMES, CONSUMOS POR SEGMENTO, INVESTIMENTOS, CUSTOS, USUÁRIOS E PERSPECTIVAS PARA O MERCADO CAPIXABA

A ARSP busca manter-se atualizada frente às mudanças e tendências do mercado, em níveis estadual e nacional. Acompanha a realização pela Concessionária das projeções estabelecidas para o volume de gás natural consumido pelos diferentes segmentos de usuários, custos operacionais, investimentos, crescimento do número de clientes, dentre outros.

O acompanhamento desses números é essencial para avaliar a qualidade do serviço prestado pela Concessionária e também para comparar o desempenho da BR Distribuidora com o das demais con-

cessionárias de distribuição de gás natural no país, de forma a identificar os pontos a serem melhorados e aqueles nos quais é referência.

### DADOS DA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL CANALIZADO

Em 2016, o volume de gás natural canalizado distribuído no Espírito Santo teve uma redução significativa de 22,1%, com destaque para o segmento industrial, especialmente em face da interrupção do fornecimento à Samarco Mineração S.A., a partir de novembro de 2015, em decorrência do acidente ocorrido na barragem de rejeitos em Minas Gerais e à sua relevante participação no consumo. Em 2015, a mineradora foi o segundo maior consumidor de gás no Estado. Outras reduções refletem a forte recessão econômica do país em 2016.

#### Evolução do consumo de gás natural e número de clientes por segmento

SEGMENTOS	2016			2015			Variação - 2016/2015	
	Nº Clientes	Volume m³	Participação - Volume (%)	Nº Clientes	Volume m³	Participação - Volume (%)	Clientes (%)	Volume (%)
Industrial	46	536.296.629	55,9	44	787.851.452	63,9	4,5	-31,9
Veicular	33	34.374.764	3,6	34	32.971.394	2,7	-2,9	4,3
Comercial	533	2.880.345	0,3	449	2.623.882	0,2	18,7	9,8
Residencial Individual	43.432	287.846	0,0	34.749	133.514	0,0	25,0	115,6
Residencial Coletivo		2.933.898	0,3		2.616.057	0,2		12,1
Climatização	5	1.059.439	0,1	5	1.676.837	0,1	0,0	-36,8
Cogeração	3	22.729.261	2,4	3	27.170.443	2,2	0,0	-16,3
Matéria-prima	1	4.949.966	0,5	1	1.937.582	0,2	0,0	155,5
<b>Subtotal</b>	<b>44.053</b>	<b>605.512.147</b>	<b>63,1</b>	<b>35.285</b>	<b>856.981.161</b>	<b>69,5</b>	<b>24,8</b>	<b>-29,3</b>
Térmico	1	354.634.268	36,9	1	375.887.250	30,5	0,0	-5,7
<b>Total</b>	<b>44.054</b>	<b>960.146.415</b>	<b>100,0</b>	<b>35.286</b>	<b>1.232.868.411</b>	<b>100,0</b>	<b>24,8</b>	<b>-22,1</b>

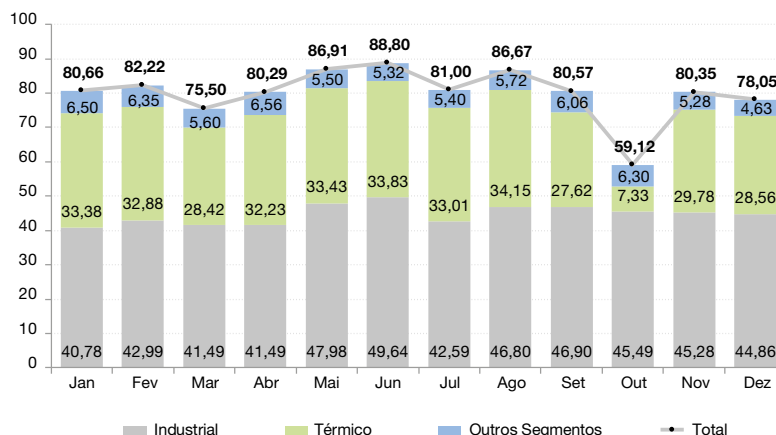


Em 2016, os segmentos industrial e térmico foram responsáveis por quase 93% do consumo de gás natural e, em 2015, pouco mais de 94%, demonstrando alta concentração nesses dois segmentos no mercado atendido pela Concessionária.

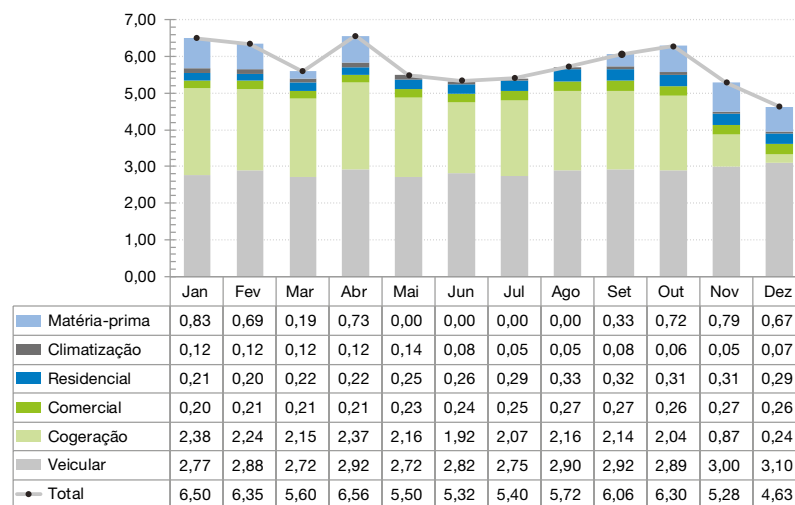
Cabe ressaltar que, apesar da existência de um usuário no segmento térmico e do acompanhamento dos valores inerentes à distribuição de gás natural canalizado para esse segmento, desde 2013, para efeito do cálculo da margem bruta de distribuição, os números apresentados pela Concessionária discriminam os valores de custos, investimentos e volume comercializado relativos a esse segmento.

Verifica-se no ano de 2016 uma expansão significativa no segmento residencial em virtude do término da expansão de redes, especialmente em Vila Velha, permitindo a comercialização e ligação de novas unidades consumidoras.

Os gráficos a seguir demonstram o consumo mensal por segmento (milhões m<sup>3</sup>) ao longo de 2016.



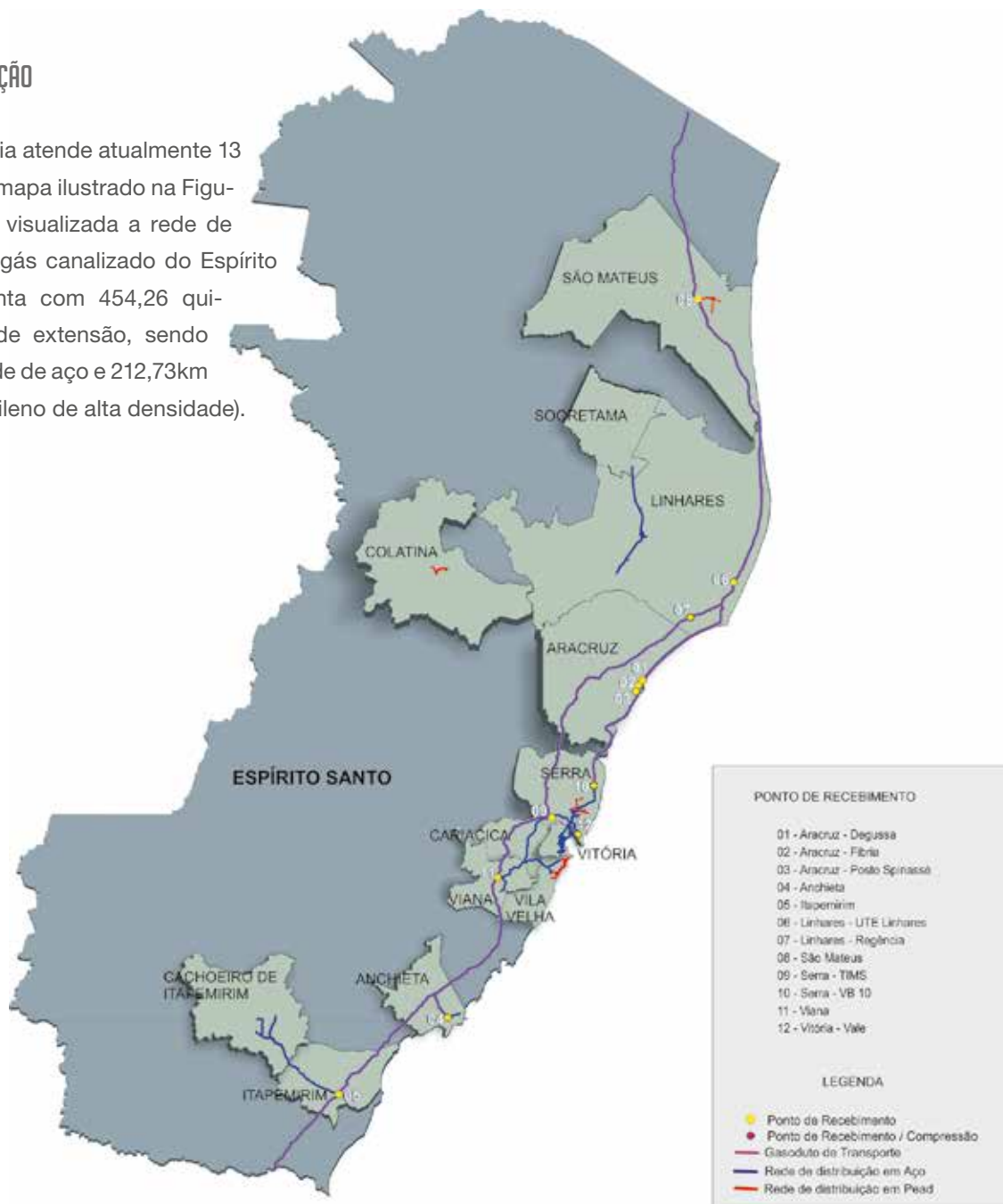
Consumo mensal por segmento (milhões m<sup>3</sup>) – 2016



Detalhamento do consumo mensal por segmento – outros segmentos (milhões m<sup>3</sup>) – 2016

## REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A Concessionária atende atualmente 13 municípios. No mapa ilustrado na Figura 30 pode ser visualizada a rede de distribuição de gás canalizado do Espírito Santo, que conta com 454,26 quilômetros (km) de extensão, sendo 241,53km de rede de aço e 212,73km de PEAD (polietileno de alta densidade).



Rede de Distribuição de Gás Natural Canalizado do Espírito Santo.

## PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DO ESPÍRITO SANTO

A Agência levanta junto à Concessionária algumas perspectivas para o mercado capixaba, dentre as quais se destacam:

- ✓ Ampliação do número de ligações de unidades consumidoras à rede de distribuição. Mesmo com a evolução da quantidade de clientes dos segmentos residencial e comercial em 2016, há espaço para o adensamento da rede de distribuição em face dos investimentos realizados nos últimos anos.
- ✓ Oportunidade de distribuir gás natural liquefeito (GNL), uma vez que o Estado possui infraestrutura portuária adequada para terminais de regaseificação.
- ✓ Oportunidade de ampliação do mercado de gás com instalação de usinas termelétricas, já que o Estado é importador de 50% da energia elétrica que consome e exportador de 60% do gás natural que produz.
- ✓ Oportunidade de crescimento do mercado de cogeração e climatização com a melhoria de viabilidade desses projetos em função do avanço tecnológico e de projetos exemplos já implantados.

- ✓ Possibilidade de crescimento do uso do gás como combustível substituto em função do aquecimento do mercado de eficiência energética.
- ✓ Disponibilidade de gasoduto em toda a extensão do Estado do Espírito Santo, facilitando a ampliação da rede de distribuição do gás.

## MEDIAÇÃO

Em virtude dos fatos ocorridos com a Samarco Mineração S.A., no final de 2015, a Concessionária apresentou a carta GNE/GMGN – 038/2015, em 09/11/2015, solicitando a retirada do volume referente à projeção do consumo da Samarco em 2016, após ter sido notificada sobre o rompimento das barragens de Fundão e Santarém, alegando “força maior”.

O contrato entre a Samarco e a Concessionária disciplina a questão de “força maior”, determinando que o evento deve ser comprovado, mas, até que seja, seus efeitos devem ser considerados. A Concessionária solicitou à ASPE, sucedida pela ARSP, a realização de mediação conforme prevê o contrato com a Samarco. Ao longo de 2016, a Agência realizou reuniões com as partes. Entretanto, até dezembro, ainda não havia nenhuma proposta a ser avaliada pelas partes, nem previsão de retomada das operações por parte da mineradora.

## FISCALIZAÇÃO

A Agência tem o papel de fiscalizar os serviços de distribuição de gás natural canalizado no que tange à eficiência, ao fornecimento e às demais condições de atendimento aos usuários, nos termos legais, regulamentares e regulatórios pertinentes.

Em 2016, a fiscalização foi realizada pela equipe da Agência nos períodos de 14/03/2016 a 18/03/2016 e 30/03/2016.

Foi avaliada a performance da área comercial da Concessionária, envolvendo o sistema de distribuição de gás canalizado e o atendimento ao usuário. Examinou-se também o desempenho da área contábil no que se refere aos critérios de rateio, aos serviços contratados e à base de ativos. Nessa fiscalização também foram verificadas se as condições, os instrumentos, as instalações e os procedimentos utilizados pela Concessionária de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo estavam em conformidade com o estabelecido nas cláusulas do contrato de concessão, na Resolução 005/2007 (Condições Gerais de Fornecimento de Gás Canalizado) e na legislação pertinente em vigor, mediante a avaliação de resultados, métodos e sistemas empregados pela Concessionária.

A fiscalização abrangeu visitas às instalações, compreendendo a sede da Concessionária e as obras

selecionadas da base de ativo; e verificação do cadastro de unidades consumidoras, bem como do atendimento às manifestações dos usuários, pedido de ligação e religação, dos procedimentos adotados quanto à suspensão do fornecimento e dos itens constantes na fatura de gás natural canalizado. Além disso, foram realizadas conferências de rotinas e procedimentos. As figuras a seguir ilustram a fiscalização realizada.

Dentro dos itens a serem fiscalizados foram selecionadas amostras de acordo com o percentual aplicado ao número de ocorrências em determinado período, extraídas de forma estratificada em função das várias classificações de unidades usuárias (quando cabível).

Os fatos apurados pela Equipe de Fiscalização da ASPE, sucedida pela ARSP, foram detalhados no Relatório de Fiscalização REF ASPE 001.

Ao final da fiscalização de 2016 foi emitido Termo de Notificação com 16 determinações a serem cumpridas pela Concessionária.

Durante o ano de 2016, foi feito acompanhamento do cumprimento às determinações até o prazo estipulado. As que se tratavam de alterações no sistema utilizado pela Concessionária serão verificadas in loco na próxima fiscalização.

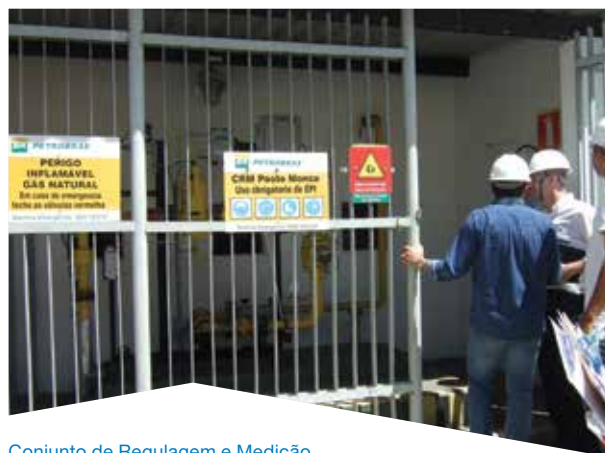
Adicionalmente, foi desenvolvida a norma “Fiscalização dos Serviços de Avaliação de Ativos Reversíveis da Distribuição de Gás Natural Canalizado”, para atender a atividade regulamentar da Agência de fiscalizar, bem como para apurar o valor dos ativos reversíveis para fins de indenização, prevista no § 3º, do artigo 2º, da Lei 10.493, publicada em 2 de fevereiro de 2016, no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo - DIO/ES.



Medidor residencial de gás inspecionado.



Estação de Redução Secundária.



Conjunto de Regulagem e Medição.



A ARSP, no âmbito de energia elétrica, tem atribuições e executa trabalhos técnicos de acompanhamento das atividades de planejamento energético do governo federal (MME, EPE, ONS, ANEEL) de modo a atender aos interesses socioeconômicos do Estado do Espírito Santo.

Além de realizar estudos técnicos e estratégicos que mensuram o impacto de políticas energéticas na economia capixaba, a Agência também acompanha toda a cadeia energética estadual, a implantação de empreendimentos, como linhas de transmissão e centrais de geração, além do desempenho das concessionárias atuantes no Estado, EDP Escelsa e Empresa Luz e Força Santa Maria - ELFSM.

## PROGRAMA ESTADUAL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Em 2016, foi dada continuidade ao Programa Estadual de Eficiência Energética. Atualmente, entre proje-



Linhas de transmissão.

tos aprovados e em tramitação, já foram solicitados para financiamento mais de R\$ 12 milhões ao Banco de Desenvolvimento do Estado (Bandes), órgão parceiro do Programa. A linha de crédito é destinada a projetos de eficiência energética e oferece aos empreendedores a oportunidade de se tornarem mais competitivos com a diminuição de seus custos com energia elétrica.

Por meio do Conselho Regional de Engenharia (CREA), também parceiro do Programa, já foram oferecidos 12 cursos de capacitação para instalação de painéis fotovoltaicos para 120 pessoas.

## PROGRAMA DE ATRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Foi iniciada em 2016 a estruturação de um Programa de incentivo à atração de empreendimentos de geração de energia elétrica no Espírito Santo.

O Programa de Atração de Empreendimentos de Geração - PAGE almeja a expansão de nossa matriz energética e a garantia de suprimento de energia elétrica ao Estado por meio de políticas de incentivo para atrair investimentos em geração de energia de todas as fontes energéticas.

A ARSP, juntamente com outros órgãos da esfera estadual e empreendedores da área, discute ações que visem agilizar os processos de licenciamento ambiental e outorga d'água, dentre outras questões.

O Programa apresenta como premissa as atividades oferecidas pelo Estado, como facilidade de conexão ao Sistema Interligado Nacional - SIN (linhas de transmissão, subestações e gasodutos), infraestrutura portuária e possibilidade de importar gás natural liquefeito - GNL, políticas de incentivo como o INVEST

e os municípios da região norte do ES beneficiados pela SUDENE, além da produção local de gás natural, cujo 2/3 do volume são exportados para serem consumidos em outros Estados quando poderiam ser consumidos em termelétricas locais, visto que o Estado exporta gás e importa 50% da energia elétrica.

A implantação desses investimentos incrementaria a arrecadação tributária estadual, criando emprego e renda, reforçando a segurança energética local e minimizando perdas no sistema elétrico.

## LEILÕES DE LINHAS DE TRANSMISSÃO

Outra importante ação foi a articulação do Governo do Estado para o sucesso da segunda etapa do Leilão de transmissão N°13/2015, realizada em outubro de 2016 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). No certame, todos os lotes com empreendimentos planejados para o Estado foram arrematados, gerando investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão, além da geração de emprego e renda para o Espírito Santo. Serão realizados empreendimentos nos municípios de Linhares, São Mateus, Rio Novo do Sul e João Neiva.

O Espírito Santo participou com 4 lotes (Lote 6, 21, 22 e 24). O prazo de execução dos projetos deve ser contado a partir da assinatura dos contratos de concessão, prevista para fevereiro de 2017. Abaixo segue a composição dos lotes arrematados:



## LOTE 6

✓ Previsão de investimento: R\$ 698,8 milhões

✓ Prazo de execução: 60 meses

LT 500 kV Governador Valadares 6 - Mutum C1, com 156km;

LT 500 kV Mutum - Rio Novo do Sul C1, com 132km;

SE 500 kV Mutum;

SE 500/345 kV Rio Novo do Sul - 500/345 kV (3+1 Res) x 350 MVA;

## LOTE 21

✓ Previsão de investimento: R\$ 297,8 milhões

✓ Prazo de execução: 60 meses

LT 345 kV Viana 2 – João Neiva 2, com 79km;

SE 345/138 kV João Neiva 2, (9+1Res) x 133 MVA;

Compensador Estático 345 kV (-150/+150) Mvar;

## LOTE 22

✓ Previsão de investimento: R\$ 485,8 milhões

✓ Prazo de execução: 60 meses

LT 500 kV Mesquita - João Neiva 2, com 236km;

SE 500/345 kV João Neiva 2, 500/345 kV (3+1Res) x 350 MVA;

## LOTE 24

✓ Previsão de investimento: R\$ 116 milhões

✓ Prazo de execução: 42 meses

SE 230/138 kV São Mateus 2 (nova) - (3+1R) x50MVA

LT 230 kV Linhares 2 - São Mateus 2 - 113km

O lote 21, arrematado pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, foi muito disputado e apresentou deságio de 25,14%. Já o lote 24, arrematado pela EDP Brasil, teve deságio de 5,2%. Os lotes 6 e 22 foram arrematados pela ALUPAR e Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE, respectivamente.

Os projetos irão reforçar o atendimento à Região Norte do Estado diante do esgotamento do sistema de suprimento, aumentando o grau de confiabilidade da área, e aumentarão também a capacidade de transmissão do sistema interligado Nordeste - Sudeste, fortalecendo o Sistema Interligado Nacional - SIN e proporcionando maior confiabilidade à segurança energética capixaba.

## VIII FENERGIA

O cenário do gás, o desenvolvimento do setor no Espírito Santo e a atuação de entidades regulatórias foram temas de destaque durante a 8ª edição do Fórum Capixaba de Energia (Fenergia), realizado em 28 de novembro em Vitória.



Fórum Capixaba de Energia,  
realizado em novembro de 2016.

O Fórum foi uma realização do Grupo Ideias e da Multieventos, e contou com o apoio da ARSP e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo (Sedes). O tema foi “Energia e o Desafio da Sustentabilidade”.

O Fórum reuniu especialistas de diferentes partes do país para fortalecer as discussões sobre energia no Estado, e debater o desenvolvimento deste mercado e a estruturação de políticas públicas para o setor.

Foram apresentadas questões como “Oportunidades de negócios e de geração de emprego junto à cadeia produtiva de energia renovável”, “Cenário do gás no ES”, “Políticas para impulsionar o setor de energia”, “Planejamento energético brasileiro”,

“Oportunidades para a energia solar nos municípios”, entre outras.

## BALANÇO ENERGÉTICO DO ESPÍRITO SANTO

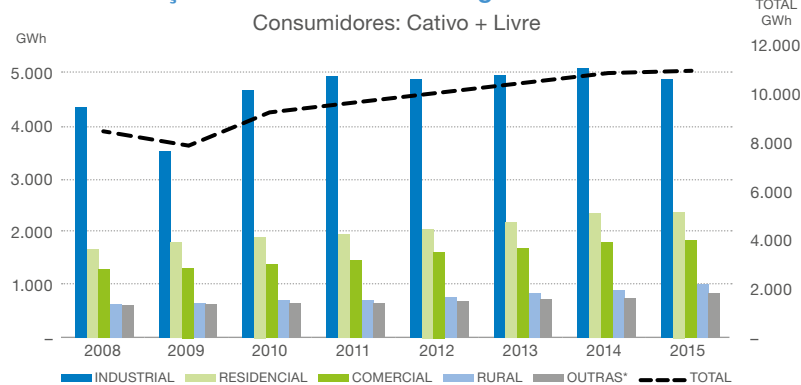
Em novembro de 2016, a ARSP publicou o Balanço Energético do Espírito Santo – BEES 2016 – ano base 2015, com os fluxos energéticos das fontes primárias e secundárias de energia, desde a produção até o consumo final dos principais setores da economia capixaba.

O documento é publicado anualmente pela Agência, sendo a principal fonte de informações sobre a cadeia energética capixaba.

O panorama energético do Espírito Santo e do Brasil é apresentado no Balanço, que também traz informações a respeito da evolução do consumo final de energia por fonte e segmento; a produção de petróleo e gás natural no Estado; a geração de energia elétrica local, dentre outras informações. O documento mostra ainda os fluxos energéticos das fontes primárias e secundárias de energia no Estado, desde a produção até o consumo final nos principais setores da economia capixaba.

A seguir gráfico representando a evolução do consumo de energia elétrica, por segmento, no Estado do Espírito Santo:

## Evolução do Consumo de Energia Elétrica no ES



Fonte: Balanço Energético do ES.

## MIGRAÇÃO DO ESTADO PARA O AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE – ACL DE ENERGIA ELÉTRICA

No ano de 2016, a ARSP deu continuidade ao processo de migração de unidades do poder público para o Ambiente de Contratação Livre de energia elétrica, contribuindo com a SEGER, gestora dos contratos de energia do Estado, para a efetiva migração de algumas unidades consumidoras que se enquadravam nas regras que possibilitam a migração conforme resoluções da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Como resultado dessas ações, em agosto foi publicada no Diário Oficial do Estado Consulta Pública visando aprimorar o Termo de Referência cujo objeto foi a Prestação de Serviços de Consultoria e Assessoria para Elaboração de documentação técnica e licitatória para migração ao mercado livre de energia elétrica, bem como para a gestão do suprimento de energia elétrica das instalações das unidades consumidoras selecionadas do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo.

Contribuições de agentes do setor foram recebidas e em breve o Termo de Referência será publicado.

## LINHA DE TRANSMISSÃO EM CONSTRUÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: MASCARENHAS X LINHARES<sup>1</sup>

A Linha de Transmissão de energia elétrica (LT) Mascarenhas x Linhares, em 230 kV, possui 99 quilômetros de comprimento, inicia na Subestação Mascarenhas e termina na Subestação Linhares 2. Foi leiloadada em 11 de julho de 2009 com o objetivo de melhorar a confiabilidade de atendimento à área norte do Espírito Santo. A previsão de entrada em operação comercial, segundo o documento de Acompanhamento dos Empreendimentos de Transmissão da ANEEL, é em dezembro de 2017. Juntamente com esse empreendimento será construída também a Subestação Linhares, em 230 kV/138 KV, com previsão de operação comercial também no final de 2017.

<sup>1</sup> Fonte: Site da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL acessado em março de 2017.



A ARSP é responsável pela gestão das tarifas e estruturas tarifárias praticadas pelas concessionárias do setor de saneamento básico, infraestrutura viária com pedágio e distribuição de gás canalizado.

Nesse sentido, a Agência busca garantir a modicidade e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

### REAJUSTE TARIFÁRIO DA RODOSOL

A Agência realizou o estudo para aplicação do reajuste tarifário das duas praças de pedágio do Sistema Rodovia do Sol, considerando uma cesta de índice de preços específicos do setor da construção civil de rodovia apurada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos termos previstos no Contrato de Concessão nº 01/1998.

Neste exercício, o reajuste da tarifa na Terceira Ponte seguiu determinação exarada pelo juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública, no bojo do processo Nº 1147553-37.1998.8.08.0024.

### REAJUSTE TARIFÁRIO DA CESAN

A ARSP anualmente realiza os estudos para reajuste tarifário da Cesan conforme metodologia definida pela Resolução ARSI nº 12/2011. Em 2016, as tarifas de água e esgoto foram reajustadas em 11,06%. Esse índice está sendo aplicado de forma linear a todas as categorias de consumidores da Cesan.

### TARIFA SOCIAL DA CESAN

Uma ação importante feita pela Agência foi a ampliação do número de famílias beneficiadas pela Tarifa Social da Cesan. Em 2016, 2,7 mil famílias do Pro-

grama minha Casa Minha Vida - faixa 1 foram beneficiadas com a tarifa social e a previsão é que esse número aumente para mais 12 mil, tendo em vista os novos empreendimentos em execução no Estado.

As famílias participantes do Programa Minha Casa Minha Vida - faixa 1 do Governo Federal são aquelas que possuem renda mensal bruta de até R\$ 1,6 mil e possuem em seu perfil pelo menos um dos seguintes requisitos: mulheres chefes de família, portadores de necessidades especiais, idosos e populações em vulnerabilidade social.

Antes, já eram beneficiadas as famílias participantes do Programa Bolsa Família do Governo Federal, Programa do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Programa Bolsa Capixaba do Governo Estadual. Esse benefício vem em forma de um desconto, de até 60%, que incide sobre as tarifas de água e esgoto nos imóveis classificados na Categoria Residencial.

## REVISÃO TARIFÁRIA DA CESAN

A Agência elaborou um termo de referência para contratação de empresa que irá auxiliar a ARSP na elaboração da revisão tarifária e da implementação de uma contabilidade regulatória para a Cesan. Para esta atividade a Agência conta com a parceria do Banco Mundial.

## TARIFA DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA DE ESGOTAMENTO

O Governo do Estado do Espírito Santo publicou no Diário Oficial do Estado no dia 25 de fevereiro de 2016 a Lei nº 10.495, alterando o art. 40 da Lei 9.096 de 29 de dezembro de 2008, que estabelece as Diretrizes e a Política Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências. Na nova redação, é autorizada aos prestadores de serviços públicos de saneamento básico a cobrança de tarifa em razão da disponibilidade da infraestrutura do esgotamento sanitário aos usuários factíveis de esgoto. Nesse sentido, equipe da agência realizou os estudos para definição das tarifas de disponibilidade de infraestrutura e estabeleceu os aspectos econômicos financeiros e técnicos pertinentes à mesma.

Finalizado o trabalho, foi aberta a Consulta Pública ARSP nº 03/2016 durante os dias 25/11 a 14/12/2016 com o objetivo de recolher contribuições e informações para subsidiar a versão final da resolução.

## REVISÃO TARIFÁRIA DO GÁS

De acordo com o contrato de concessão, a ARSP analisa anualmente o pleito tarifário da Concessionária, do ponto de vista técnico e legal, avalia os investimentos propostos e os gastos que contribuem para cada parcela da margem de distribuição, buscando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e a

modicidade tarifária e estabelecendo as tarifas a serem aplicadas, por segmento e faixas de consumo, para o próximo exercício. Ao final de 2016, o pleito da Concessionária para a margem bruta de distribuição a ser praticada em 2017, encontrava-se na fase de análise pela Agência.

## REAJUSTE DE PREÇO DA MOLÉCULA DE GÁS NATURAL

O Contrato de Suprimento de Gás Natural, realizado entre a Concessionária e sua Supridora, prevê que esta pode reajustar o preço da molécula de gás natural trimestralmente, aplicando-se fórmula que contempla as variações cambiais, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) e as cotações da cesta de óleos no mercado internacional.

A Concessionária submete à homologação da ARSP, trimestralmente, conforme contrato de concessão, pedidos de reajustes da tarifa de distribuição de gás canalizado, com base na variação de preços da molécula, praticados pelo seu Supridor. A ARSP avalia o pedido e homologa as tarifas, publicando-as no DIO/ES e no site da Agência.

## REVISÕES TARIFÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Conforme o Art. 2º da Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a regulação e fiscalização da produção, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica não são de competência das agências es-

taduais, são atribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que exerce as funções de Poder Concedente em nome da União. A ARSP acompanha as revisões tarifárias, não podendo exercer, conforme legislação vigente, qualquer interferência no processo.

Em agosto de 2016 foi realizado o processo de revisão tarifária periódico para as concessionárias que atuam no Estado, EDP Escelsa e Empresa Luz e Força Santa Maria (ELFSM). As novas tarifas começaram a valer a partir de 07/08/2016 e 22/08/2016, respectivamente. Abaixo segue tabela com o resultado das revisões tarifárias:

DISTRIBUIDORA	RESIDENCIAIS (Baixa tensão B1)*	INDUSTRIAIS E COMÉRCIOS DE MÉDIO PORTE (A4 verde fora ponta)*
EDP Escelsa	-2,01%	-6,93%
ELFSM	-10,13%	-16,21

\* TUSD + TE

O processo de Revisão Tarifária Periódica, realizado a cada quatro anos em média (na EDP Escelsa, o processo é realizado a cada três anos), de acordo com o contrato de concessão assinado entre as empresas e o poder concedente, tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.



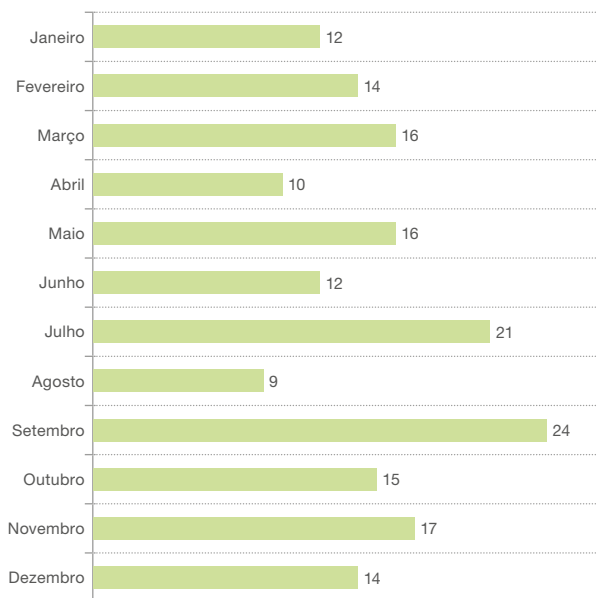


A Ouvidoria da ARSP atua como agente de medição entre usuários e as concessionárias dos setores de saneamento básico, infraestrutura viária e distribuição de gás natural canalizado.

De janeiro a dezembro de 2016 a Ouvidoria recebeu 180 manifestações, sendo que 89,44% são referentes à área de saneamento básico; 9,44%, à de infraestrutura viária; 0,56% à de gás natural canalizado; e 0,56%, a outros.

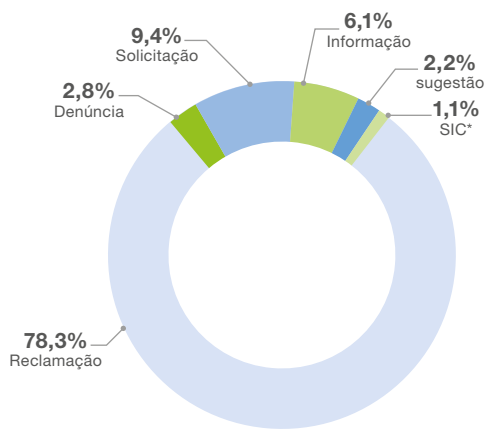
Dessas, 91,67% das demandas foram solucionadas e 8,33% estão em andamento, conforme os quadros a seguir:

### Manifestações da Ouvidoria da ARSP em 2016



<b>Índice de Atendimento</b> (nº de manifestações finalizadas / nº de manifestações totais)	<b>91,67%</b>
Demandas Finalizadas	165
Total	180

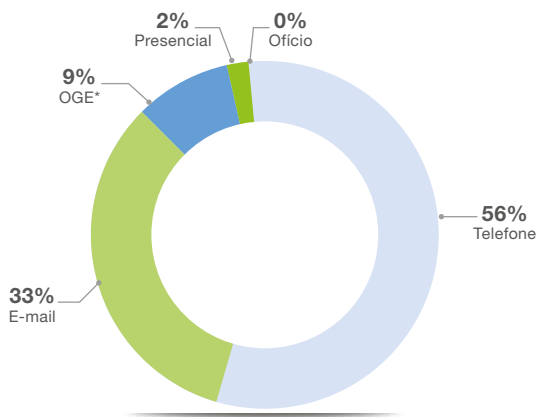
## Tipos de manifestações



\*SIC: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

## FORMAS DE CONTATO

O telefone 0800-280-8080 foi o maior canal de entrada da Ouvidoria, seguido do e-mail ouvidoria@arsp.es.gov.br.



\*OGE: Ouvidoria Geral do Estado

As demandas mais recorrentes da Ouvidoria são relativas ao setor do saneamento básico e dentre elas destacamos a cobrança indevida de valores na conta de água, seguida de falta de água, demora na ligação de esgoto, obstrução de rede de esgoto, dentre outros. Observe o gráfico a seguir:

## Demandas mais recorrentes (%)



Tempo médio de atendimento em dias

4

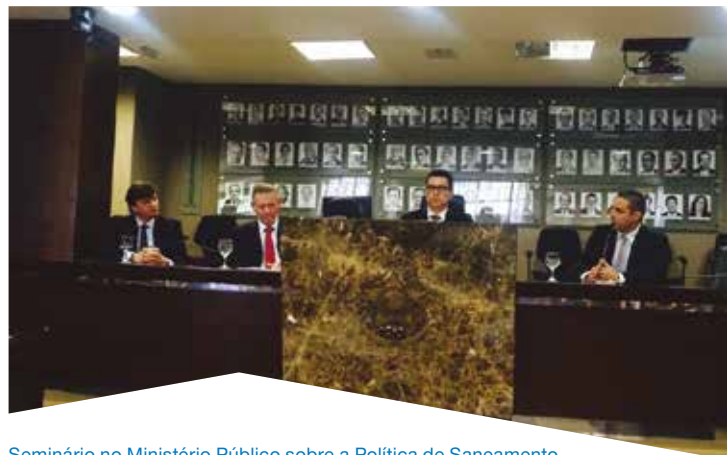
## RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A ARSP também empreende ações de caráter informativo e educativo, tais como distribuição de cartilhas sobre os direitos e deveres dos usuários, palestras técnicas e participação em fóruns, audiências e seções públicas, visando à transparência da atuação e à informação do cidadão sobre os aspectos relevantes envolvidos nos serviços regulados.

### Consultas Públicas

NÚMERO	TEMA
01/2016	Metodologia de avaliação de ativos reversíveis da concessão de gás canalizado
02/2016	Fiscalização dos serviços de avaliação de ativos da concessão de gás canalizado
03/2016	Tarifa de disponibilidade de infraestrutura de esgotamento sanitário

## DEMAIS SEÇÕES PÚBLICAS COM PARTICIPAÇÃO DA ARSP



Seminário no Ministério Público sobre a Política de Saneamento Básico e Regulação dos Serviços de Água e Esgoto.



Encontro de Lideranças Comunitárias organizado pela Cesan no qual foi apresentada a política tarifária estabelecida pela ARSP.



VIII Fórum de Energia. Coordenação do painel sobre Gás e Desenvolvimento no Espírito Santo.



Reunião entre ARSP, Rodosol e comunidade do Morro da Lagoa, que demandava melhorias para o trecho do km 24 da Rodovia ES-060.



Mesa-redonda sobre a importância regulatória em seminário.





# 9

## INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS, FINANCEIRAS, ORÇAMENTÁRIAS E PATRIMONIAIS

Com a fusão das Agências ASPE e ARSI, 2016 se transformou em um ano de grandes desafios para a administração da ARSP.

Sem prejuízo de suas atribuições rotineiras, procedeu num curto espaço de tempo diversas adaptações físicas, de lógica e recursos humanos, com aquisição e adequação do almoxarifado, migração de sistemas informatizados e de patrimônio, bem como revisão e atualização de seus procedimentos administrativos com foco na nova Agência e ênfase na capacitação de pessoal, não obstante todas as limitações orçamentárias existentes.

Atualizou ainda todos os contratos vigentes, que foram adequados à nova realidade de uma única Agência de Regulação.

Imbuída de independência administrativa e financeira, a Diretoria Colegiada procedeu a devolução de R\$ 17.583.992,42 (dezessete milhões, e quinhentos

e oitenta e três mil, e novecentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos) em dezembro de 2016 ao Tesouro Estadual a título de restituição de todos os valores até então repassados pelo Governo na fonte 0101 (Recursos ordinários) em anos anteriores para manutenção da ASPE e ARSI, atendendo dessa forma à Lei Complementar Estadual N° 839 de 16/Dez/16. Ainda realizou o repasse ao Tesouro Estadual no valor de R\$ 2.095.272,68 (dois milhões, e noventa e cinco mil, e duzentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos) até dezembro de 2016, referente a 30% da arrecadação das três Agências ARSI, ASPE e ARSP, no intuito de atender à Emenda Constitucional N° 93 de 08/Set/16 (Desvinculação das Receitas dos Estados).

## Receitas em 2016

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARSP	RECEITA ARRECADADA SET./DEZ. 2016
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>3.650.064,77</b>
RECEITAS CORRENTES	<b>3.650.064,77</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.295.272,75
TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO	1.132.487,20
TAXA DE REGISTRO E FISC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO	987.389,19
TAXA DE REGISTRO E FISC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE INFRAESTR. VIÁRIA	175.396,36
RECEITA PATRIMONIAL	1.354.075,85
RECURSOS DOS ORG. DA ADM. IND. E CONTRAPARTIDA	502.016,84
RECURSOS DE OUTRAS FONTES DIVERSAS	852.059,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	716,17
MULTA POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE LICITAÇÃO (LEI Nº 8.666/1993)	118,14
RESTITUIÇÕES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	98,28
OUTRAS RECUPERAÇÕES DE DESPESAS	499,75
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00
PROJETO GESTÃO INTEGRADA DE ÁGUAS E PAISAGENS	0,00
PROJETO GESTÃO INTEGRADA DE ÁGUAS E PAISAGENS	0,00

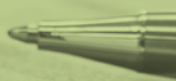
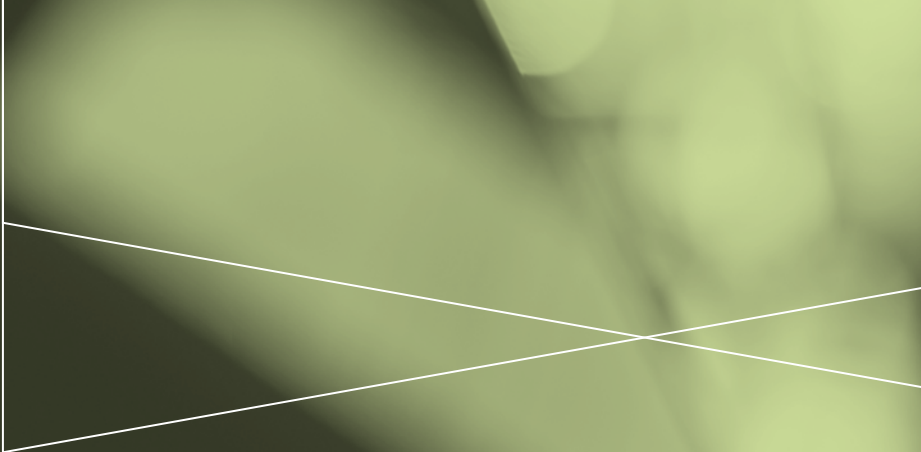


## Despesas em 2016

300207 - AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.570.437,41	1.099.899,14	1.058.082,58	1.020.339,41
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.819,55	2.625,68	2.625,68	2.625,68
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	666.443,80	257.767,12	242.205,97	212.585,50
671 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ARREC. ÓRGÃO	901.174,06	839.506,34	813.250,93	805.128,23
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.560.694,77	1.243.774,64	592.401,21	517.453,78
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	62.500,00	0,00	0,00	0,00
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	6.498.194,77	1.243.774,64	592.401,21	517.453,78
4 - INVESTIMENTOS	2.096.162,00	0,00	0,00	0,00
143 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.920.000,00	0,00	0,00	0,00
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	176.162,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.227.294,18</b>	<b>2.343.673,78</b>	<b>1.650.483,79</b>	<b>1.537.793,19</b>

## Bens da ARSP em 2016

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARSP	EXERCÍCIO 2016
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>597.491,04</b>
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	4.038,21
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	58.300,35
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	217,14
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	2.078,20
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	879,40
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	5.495,78
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	64,62
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	258.981,70
MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	3.270,68
MOBILIÁRIO EM GERAL	264.164,96
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>487.539,05</b>
SALAS	487.539,05



De forma estratégica, a ARSP elencou as principais atividades que serão desenvolvidas ao longo do Triênio 2017/19. Dentre elas destacamos:

#### ENERGIA ELÉTRICA

- Coordenar a implementação das ações previstas no Programa Estadual de Eficiência Energética e Energias Renováveis, almejando o desenvolvimento econômico estadual mais sustentável e o aumento da competitividade da economia capixaba.
- Conceber sistemática de acompanhamento e atuação do Planejamento Energético do Estado, visando garantir adequada segurança no suprimento de energia elétrica e oferecer contribuições para questões energéticas no Espírito Santo.
- Otimizar o processo de obtenção de dados para realização do balanço energético estadual – BEES a fim de facilitar, por meio de padronização e estabelecendo contato mais pessoal com os agentes envolvidos, a obtenção das informações necessárias para elaboração do balanço energético do Espírito Santo.
- Desenvolver em parceria campanhas educativas nas escolas sobre uso racional e eficiente de energia, buscando o engajamento da ARSP com escolas públicas e promovendo campanhas educativas com enfoque na disseminação de ações de eficiência energética.
- Atuar no processo de migração de unidades consumidoras do poder público para o ambiente de contratação livre de energia elétrica, visando promover economia nos dispêndios do governo estadual com energia elétrica em suas unidades consumidoras.
- Realizar análise da tarifa de energia elétrica aplicada no Estado, visando conhecer os critérios que determinam os níveis tarifários aplicados aos consumidores de energia elétrica.
- Reavaliar o convênio para fiscalização com a Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

## SANEAMENTO BÁSICO

Atualizar o normativo que estabelece as condições gerais para prestação e utilização dos serviços públicos de água e esgoto, visando adequá-lo frente aos novos desafios legais e técnicos da regulação e buscando estabelecer regras eficientes de prestação desses serviços.
Elaborar normativo para as condições operacionais e de manutenção dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, de forma a especificar e padronizar tais condições.
Revisar o normativo que estabelece a minuta padrão do contrato de adesão, firmado entre o prestador de serviços e o usuário (Resolução 021/2012), de forma a incluir as alterações decorrentes da atualização do normativo de Condições Gerais da Prestação de Serviços.
Desenvolver metodologia para definição e acompanhamento de indicador de continuidade no fornecimento de água, de forma que a agência possa monitorar e avaliar o desempenho do prestador quanto à sua eficiência, visando à melhoria dos serviços prestados.
Elaborar normativo que aprova manual de acompanhamento dos indicadores de desempenho e estabelecimento de níveis de referência, tendo em vista a necessidade de monitoramento dos mesmos e incentivos às melhorias por meio de benchmarking entre os municípios regulados.
Finalizar o normativo que estabelece a imposição de penalidades para o prestador de serviços de água e esgoto, visando definir os procedimentos e as infrações passíveis de aplicação de sanções.
Atualizar o normativo de comunicação de eventos relevantes, buscando redefinir os critérios quanto à obrigatoriedade de comunicação dos eventos à Agência.
Elaborar Termo de Referência para contratar empresa de apoio à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das constatações, de forma a proporcionar celeridade às fiscalizações realizadas pela agência.  Fiscalizar a prestação de serviços, de forma a acompanhar o cumprimento dos contratos de programa e dos Planos Municipais de Saneamento Básico, e o atendimento às normas de regulação da agência e à legislação vigente. Para o triênio serão vistoriados: <ul style="list-style-type: none"><li>• SAA Jucu;</li><li>• SES da Grande Vitória (Vitória e acompanhamento da Serra);</li><li>• SAA de Santa Maria;</li><li>• SAA independentes da Grande Vitória;</li><li>• SAA, SES e comercial dos novos municípios do interior do Estado não contemplados nas inspeções anteriores;</li><li>• Fiscalização dos Planos Municipais de Saneamento dos municípios da Grande Vitória.</li></ul>
Contratar empresa para monitoramento da continuidade do abastecimento de água, com o intuito de subsidiar e complementar as fiscalizações dos SAAs.
Avaliar a solução das constatações de fiscalizações já realizadas, de forma a verificar o atendimento aos Termos de Notificação e Autos de Infração, bem como o cumprimento dos prazos e das atividades dos Planos de Ação propostos pela Cesan.
Desenvolver sistema de controle das informações obtidas nas fiscalizações do saneamento, com a finalidade de gerenciar e dar suporte à análise das constatações identificadas nos Termos de Notificação e nos Planos de Ação.

## INFRAESTRUTURA VIÁRIA

Implantar um Centro de Controle de Informações (CCI), visando ao acompanhamento em tempo real dos serviços operacionais realizados pela Concessionária, como atendimento a panes veiculares, videomonitoramento, fluxo de veículos, atendimento nas praças de pedágio, dentre outros.

Revisar o Manual de Fiscalização com a inserção de novo sistema de controle de inspeções, visando estabelecer os critérios necessários à contratação de empresa de apoio à fiscalização.

Estabelecer os critérios para a mudança da frequência do dispositivo de cobrança automática da tarifa de pedágio, realizando a adequação às novas tecnologias e integração com outras rodovias pedagiadas.

Desenvolver aplicativo para dispositivo móvel, objetivando receber contribuições do usuário da rodovia na identificação de ocorrências nos serviços prestados pela concessionária e sugestões de melhorias, permitindo o aperfeiçoamento dos procedimentos de regulação, controle e fiscalização exercidos pela ARSP.

Realizar contagem de pedestres em pontos estratégicos da Rodovia para identificar a necessidade de implantação de passarela, atendendo ao disposto no PER.

Implantar um sistema de informações para o controle do fluxo de veículos nas Praças de Pedágio do Sistema Rodovia do Sol, a fim de instrumentalizar a ARSP nas ações de regulação, controle e fiscalização da qualidade dos serviços prestados e atender às especificações de controle externo.

Realizar o levantamento das condições estruturais, de conforto e de superfície do pavimento flexível do Sistema Rodovia do Sol, visando embasar as ações da ARSP no acompanhamento e no controle dos serviços de conserva especial realizados pela concessionária.

Realizar medições de retrorrefletividade da sinalização viária do Sistema Rodovia do Sol, visando embasar as ações da ARSP no acompanhamento e no controle dos serviços de conservação e manutenção da sinalização horizontal e vertical realizados pela concessionária.

Promover campanhas educativas de trânsito com enfoque na redução da velocidade em áreas urbanas, atenção aos pedestres, ciclistas e motociclistas, e utilização de passarelas e acostamento, em contribuição às ações do Programa de Redução de Acidentes do Sistema Rodovia do Sol, bem como fortalecer as ações do Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a Década 2011-2020.

Compartilhar e divulgar no sistema GeoBases informações relevantes sobre o Sistema Rodovia do Sol, tais como localização do BPTran, SAU, postos de combustível, passarelas, pontes, trevos, acessos aos principais bairros, áreas de reserva ambiental, dentre outros.

Regulamentar os procedimentos para a realização de eventos esportivos, culturais e religiosos que incluam em seu percurso o trecho rodoviário ou a Terceira Ponte e que geram a necessidade de interdição do fluxo de veículos ou operações especiais de trânsito.

Disciplinar os critérios de aplicação de penalidades ao prestador de serviços em caso de descumprimento da regulamentação e do contrato de concessão, com o propósito de garantir serviços eficientes e de qualidade aos usuários.

Analisar os projetos executivos e acompanhar a realização dos serviços e das obras atuais e futuras realizadas no trecho concedido, apurando tanto a qualidade como o cumprimento dos prazos indicados em cronograma, a citar as obras em andamento de abertura das medianas na Terceira Ponte, conserva especial do pavimento e construção do novo posto do BPTran no km 13.

## ESTUDOS ECONÔMICOS E TARIFÁRIOS

<p>Concluir o Termo de Referência e a Manifestação de Interesse para licitação e contratação da metodologia de revisão tarifária para os serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto na área de abrangência da Cesan.</p>
<p>Coordenar e participar da execução dos trabalhos a fim de estabelecer metodologia de revisão tarifária para os serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto, na área de abrangência da Cesan.</p>
<p>Proceder o reajuste das tarifas de água e esgoto na empresa de saneamento, atendendo à metodologia de reajuste tarifário, dando os encaminhamentos internos e o suporte a fim de garantir a publicidade da Resolução aprovada pela Diretoria Colegiada.</p>
<p>Realizar estudos para estabelecer metodologia de alteração/substituição da taxa mínima por outro tipo de tarifação na empresa de saneamento, atendendo à demanda da sociedade. Nesse sentido, a Assessoria elabora Notas Técnicas para subsidiar a Diretoria Colegiada.</p>
<p>Ampliar, melhorar e padronizar procedimentos para a fiscalização econômico-financeira, possibilitando a participação da sociedade e a transparência do processo de fiscalização.</p>
<p>Proceder o reajuste de tarifas da Rodosol conforme contrato firmado entre o Estado do Espírito Santo e a Concessionária, mantendo atualizada a base de dados de índices previstos no contrato.</p>
<p>Elaborar estudos que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão de infraestrutura viária com pedágio no Espírito Santo.</p>
<p>Desenvolver metodologia do Fluxo de Caixa Marginal para a concessão da Rodosol, necessário à inclusão de novos investimentos ao contrato.</p>
<p>Analisar Demonstrações Contábeis (ativos, passivos, demonstrativo de resultados, fluxo de caixa), tráfego, Contratação de Seguros e Garantias, Controle de Desapropriações, Caução ao DER, Prestação de Contas (Cláusula LXVII), e Inventário de Bens (Cláusula XXIV) da concessionária de infraestrutura viária com pedágio.</p>
<p>Fazer revisão tarifária anual da concessão de gás natural canalizado, atendendo à disposição contratual para definir a margem bruta a ser aplicada ao serviço de distribuição, por meio da avaliação e consolidação da prestação de contas da concessionária, bem como das projeções de custos e dos investimentos apresentados pela concessionária.</p>
<p>Estabelecer sistemática de fornecimento de informações pela concessionária de modo a otimizar o acompanhamento e a avaliação dos resultados alcançados pela concessionária em relação às vendas, à base de clientes, aos investimentos, aos custos etc.</p>
<p>Proceder os reajustes trimestrais do preço do gás natural, atendendo ao disposto no contrato de concessão, bem como no contrato de suprimento de gás. Analisar o pedido de reajuste, conferindo o cálculo de acordo com os contratos de suprimento e de concessão.</p>
<p>Contribuir e acompanhar o processo de desenvolvimento da modelagem e do Plano de Negócios para a nova concessão dos serviços de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelecido na Lei Estadual 10.493/16.</p>
<p>Contribuir no processo de avaliação dos ativos e laudo de avaliação a ser realizado por empresa contratada pela concessionária com o objetivo de se estabelecer o valor de indenização a ser pago à concessionária, conforme estabelecido na Lei Estadual 10.493/16.</p>
<p>Contribuir nos processos de determinação e avaliação do impacto da regulação contratual no que se refere aos Impostos Associados aos Resultados - IAR e superávits gerados pela concessionária.</p>

## GÁS NATURAL

Contribuir com os estudos de modelagem e o plano de negócios de uma nova concessão de gás canalizado, visando atender ao disposto na Lei 10.493, Art. 4º.

Fiscalizar os serviços de avaliação de ativos e laudo de avaliação, visando atender ao disposto na Lei 10.493, Art. 2º, §3º.

Fiscalizar a concessionária de gás canalizado, com foco nas não conformidades apontadas na fiscalização e no atendimento técnico e comercial, visando aferir se foram solucionadas e assegurar que a prestação do serviço está em concordância com a legislação em vigor.

Desenvolver regulamentação sobre participação financeira de terceiros em redes de distribuição para ligação, visando regulamentar o disposto nas Condições Gerais de Fornecimento e ampliar a possibilidade de expansão do mercado de gás canalizado.

Revisar os dados e as informações a serem fornecidos pela Concessionária, a periodicidade, o meio e o prazo de envio, visando suprir a Agência com informações relativas à concessão para acompanhamento.

Regulamentar tipos de reclamações técnicas e comerciais a serem registrados pela Concessionária, visando monitorar a qualidade do serviço prestado a partir de parâmetros e prazos e direcionar as atividades de fiscalização.

Acompanhar o programa Gás para Crescer, visando aperfeiçoar a regulamentação de toda a cadeia da indústria do gás natural no Brasil.

Fomentar campanhas sobre segurança junto à concessionária de gás canalizado, visando orientar o usuário sobre os procedimentos de segurança.

Acompanhar o desenvolvimento das discussões sobre alterações de regulamentação sobre o gás natural, promovendo adequações e o desenvolvimento de novas regulamentações de distribuição.

Acompanhar o desenvolvimento das negociações para constituição de uma nova empresa e de novo contrato de concessão, promovendo adequações e o desenvolvimento de novas regulamentações.

PROJETO GRÁFICO

Aquatro Comunicação e Marketing

EDITORAÇÃO

Bios

TEXTO

ARSP

REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL

Tríade Comunicação

FOTOS

Arquivo ARSP







**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**



[www.arsp.es.gov.br/](http://www.arsp.es.gov.br/)